GENTES DE CONQUISTA: FAMÍLIAS, PODER E PECUÁRIA NA RIBEIRA DO APODI-MOSSORÓ (1676-1725)

Patrícia de Oliveira Dias
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O retorno da administração portuguesa na capitania do Rio Grande após a saída dos holandeses, em 1654, possibilitou a retomada das doações de sesmarias, reiniciando o processo de territorialização e subsidiando o avanço de conquistadores rumo às terras mais ao interior. Este processo resultou no surgimento de uma nova fronteira entre as capitanias do Rio Grande e do Siará Grande: o rio Apodi-Mossoró. Durante esse processo, encontros entre conquistadores e os habitantes destas terras, os conhecidos tapuias, levaram à eclosão de diversos conflitos, como a Guerra do Assú (1687 e 1720), que compuseram a Guerra dos Bárbaros. O objetivo desse trabalho é analisar a atuação de conquistadores neste processo de territorialização portuguesa, percebendo sua fixação na ribeira do Apodi-Mossoró, e como, por meio da formação de redes de reciprocidades, articularam-se no intuito de construir e manter um patrimônio e um *status* dentro desta sociedade colonial em formação, entre os anos de 1676 e 1725. Para tanto, utilizaram-se fontes produzidas entre os anos de 1659 e 1725, como as cartas de sesmarias, cartas régias, correspondências entre a Câmara de Natal, os capitães-mores do Rio Grande e o governo de Pernambuco e governo geral, bem como os documentos referentes aos terços de paulistas que atuaram na capitania do Rio Grande.

Palavras-chave: Redes de reciprocidade; Guerra dos Bárbaros; Ribeira do Apodi-Mossoró; Rio Grande.

INTRODUÇÃO

Após a saída dos holandeses do Rio Grande¹, no ano de 1654, a administração da capitania voltou para as mãos da Coroa portuguesa. Uma das primeiras medidas foi a retomada do sistema sesmarial para incentivo da povoação das terras que eram consideradas vazias, pois não possuíam uma colonização. A ausência de súditos da Coroa nessas áreas permitia uma penetração de outros povos europeus no território português ou a volta dos holandeses para estas localidades. Assim, a conquista dos sertões foi iniciada.

O limite que dividia essas duas capitanias era formado por um longo rio perene denominado rio Piranhas-Açu. Este rio possui nascente na Paraíba e corta todo o atual estado do Rio Grande do Norte no sentido sul-norte, desaguando no oceano Atlântico. O nome composto deste afluente deriva de duas denominações distintas sobre determinadas áreas. A primeira delas, Piranhas, refere-se à parte do rio que corre entre sua nascente até as proximidades da atual cidade de Assú. Já a segunda, Açu, trata da parcela do rio que banha a cidade de mesmo nome, até sua foz, na atual cidade de Guamaré. As terras nas margens deste rio se tornaram alvo de sesmeiros a partir do segundo governo de Antônio Vaz Gondim (1674-1677), os quais ultrapassaram os limites divisórios do Rio Grande, se estabeleceram em terras consideradas do Siará Grande e chegaram até o rio Jaguaribe.

¹ A escolha da nomenclatura Rio Grande e Siará Grande para denominar as capitanias correspondentes aos atuais estados do Rio Grande do Norte e Ceará, foi feita com base nos documentos utilizados para esta pesquisa. Nas fontes analisadas é comum encontrar a denominação Rio Grande, não aparecendo, em nenhum momento, o atual nome do estado, Rio Grande do Norte. Esta denominação foi adotada somente a partir de 1760, muito provavelmente como forma de diferenciação da capitania do Rio Grande de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul. Pelo mesmo motivo optou-se utilizar a denominação Siará Grande para fazer referência à capitania que hoje corresponde ao atual estado do Ceará. A mesma escolha foi feita para a denominação Siará-Mirim, encontrada nas fontes para denominar o atual rio Ceará-Mirim, onde surgiu a cidade de mesmo nome.

Nesse processo de territorialização, o qual consiste no estabelecimento de um número de pessoas em um espaço, transformando-o de acordo com suas demandas², verificou-se que entre os nos de 1674 e 1684 foram doadas, entre o rio Jaguaribe, na capitania do Siará Grande, e o litoral do Rio Grande um total de 40 sesmarias, sendo 10 dessas concedidas pelas autoridades do Siará Grande, ou fazendo referência a essa capitania, e 30 delas concedidas no espaço do Rio Grande. Nestes pedidos havia um total de 158 sesmeiros dos quais um era morador da Bahia, um morava na Paraíba, cinco do Ceará, 14 possuíam morada em Pernambuco, e 53 afirmavam habitar o Rio Grande. Com as notícias e reclamações de conquistadores contra a presença indígena, os enfretamentos entre estes sujeitos e o início da Guerra dos Bárbaros, as doações sesmarias foram paralisadas. A partir de 1700, tanto na ribeira do Jaguaribe, quanto na ribeira do Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró, houve um crescente número de doações de terras. É a partir desse ano que se percebe a permanência de uma das famílias oriundas do Rio Grande no Siará Grande.

Esse artigo pretende analisar o caso de duas famílias conquistadoras, a saber, a de Teodósio da Rocha e a de Teodósio Grassiman, que tinham suas primeiras bases na cidade do Natal, mas que foram expandindo sua influência pelo território do Rio Grande e chegando às margens do Jaguaribe, no Siará Grande, contribuindo, assim, para o processo de territorialização portuguesa nessas duas capitanias do norte do Estado do Brasil. Essas famílias viveram na capitania do Rio Grande, possuindo terras, cargos na governança local e postos militares, e tiveram importante papel na conquista dos sertões. Esses sertões seriam espaços prestes a serem transformados em território, à medida que o povoamento ou colonização ia avançando. O sertão, a área desabitada por colonizadores, que ignoravam o indígena como possuidor daquele espaço, cada vez mais era “empurrado” para o ocidente, em um movimento de expansão de fronteiras. Esta expansão nem sempre foi em direção para o oeste, muitas vezes seguia para o sul, sudeste, norte ou nordeste, bem como retrocedia para locais ainda não colonizados perto do litoral³. No momento em que a expansão para o sertão, foi iniciada, foram membros dessas famílias que solicitaram as primeiras terras nos sertões de Assú, alcançado os rios Upanema e Mossoró, chegando ao rio Jaguaribe, já no atual território do estado do Ceará.

A PARENTELA DE TEODÓSIO DA ROCHA

A chegada de Antônio Vaz Gondim para a capitania do Rio Grande em 1659 significou uma reestruturação administrativa da capitania. Uma das suas primeiras decisões foi chamar antigos habitantes da capitania para povoar as terras, bem como incentivar que novos interessados ocupassem aquele espaço considerado vazio pelos súditos da Coroa. Acredita-se, que sua chegada motivou a vinda de alguns de seus familiares em busca não apenas de terra, mas de uma área onde pudessem atuar em outras esferas, como na administração local⁴.

O capitão Teodósio da Rocha, um homem de “estatura ordinária”, cabelo crespo, olhos pardos, rosto redondo e “trigueiro”, ou seja, possuía cor de pele morena, era natural da vila de Penedo, nas margens do rio São Francisco⁵. Sobrinho do então capitão-mor do Rio Grande Antônio Vaz Gondim, então capitão-mor da capitania do Rio Grande (RN 0654.) solicitou

² MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 42-43.

³ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 54

⁴ CAVALCANTI, Helaine. Do Flamengo ao Bárbaro: o processo de restauração da capitania do Rio Grande. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira Caetano (Org.). *Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa*. V. 1. Maceió: EDUFAL, 2011. p. 43.

⁵ Fundo documental do IHGRN, caixa Militares – Terço dos Paulistas, pasta Terço dos Paulistas do Mestre de Campo Manuel Álvares de Morais Navarro (1682-1683-1698). Penedo fazia parte do território da antiga Capitania de Pernambuco, mas hoje faz parte do território do atual estado de Alagoas.

uma das primeiras sesmarias, encontradas até então, que cita como localidade o sertão do Assú, ainda povoado por um gentio tapuia “bravo” e vazia da presença portuguesa, no ano de 1676⁶. Assim, se estabeleceu na capitania do Rio Grande e iniciou sua vida publica.

Rocha assumiu em 1677 a função de juiz ordinário na câmara da Cidade do Natal. Dois anos depois solicitou um chão de terras na mesma cidade, onde já possuía casas⁷. Ao que tudo indica as terras no sertão, por hora, ficaram abandonadas⁸. O interesse do capitão retornou a elas somente em 1681, ano que também foi nomeado como almotacé da câmara⁹.

Em 15 de janeiro, o capitão Teodósio da Rocha, sua filha Margarida da Rocha, seu primo João Leite de Oliveira, a esposa deste, Damásia de Moraes, Maria de Lemos, Paulo da Costa Barros, Calisto Lopes e Manuel de Gois, solicitaram ao governo do Siará Grande terras, segundo as confrontações apresentadas, entre o rio Açu e o rio Upanema. Dos oito requerentes, sete eram moradores do Rio Grande e apenas Maria Lemos, que era moradora do Ceará (CE 0016). Parte dos solicitantes desta carta compunha a parentela de Teodósio da Rocha.

Na documentação referente às concessões de sesmaria, Teodósio da Rocha e seus parentes não são mais encontrados. A atuação desse capitão, porém, continua na câmara da Cidade do Natal. Nos anos de 1682, 1685 e 1691 foi eleito e assumiu o cargo de juiz ordinário. É válido lembrar que nesse período a Guerra do Assú estava em curso e a câmara da cidade, em vários momentos, foi acionada pelos homens bons para solicitar socorros e reforços para as tropas que lutavam contra o gentio bárbaro no sertão.

Maria Fernanda Bicalho, em *A cidade e o império*, faz uma análise sobre a qualidade dos homens que ocupavam os quadros das câmaras municipais. Segundo a historiadora, os homens que ocupavam os cargos camarários faziam parte do que chama de “nobreza da terra”. Esta nobreza não seguia as formas tradicionais do reino, mas sim outros requisitos que são muitos característicos do contexto das conquistas. Baseando-se em Joaquim Romero Magalhães e Maria Helena Coelho, Bicalho afirma que esse homem nobre, esta nobreza da terra, seria formada por aqueles que, outrora e em outro contexto, eram considerados como um homem do meio e cidadão¹⁰. Assim, aos poucos, foi surgindo uma nova camada social entre a população menos abastada e a nobreza de títulos herdados, que recebia estes de seus ancestrais. Esta camada era formada por homens de diversas origens e permitiu que pessoas de vários estratos sociais pudessem ser considerados a uma nobreza, uma nobreza chamada por Nuno Gonçalo Monteiro de “nobreza civil e política”¹¹.

Foi nesse contexto de guerra que o então capitão-mor, Bernardo Vieira de Melo, em carta ao rei relatava sobre a construção do presídio do Assú, importante ponto de base para as tropas que lutavam naquele área. O assunto girava em torno da procura de uma melhor localização para esse presídio e que sua construção já havia sido iniciada. A relação com os gentios havia sido apaziguada, os moradores da localidade ficaram mais seguros de ocuparem suas terras e passaram a cuidar de gado, que, segundo o documento, havia sido “descido” da

⁶ A referida carta de sesmaria foi citada no seguinte documento: RN 0030.

⁷ Livro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal. N° 1. Fls. 41.

⁸ Segundo estes sesmeiros, as terras que foram doadas a Teodósio da Rocha nunca haviam sido povoadas, sendo consideradas então devolutas e abrindo a possibilidade de serem doadas novamente a outros solicitantes, que no caso foram Domingos Muniz e seus companheiros. RN 0041.

⁹ DIAS, Patrícia de Oliveira. Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização do Apodi-Mossoró (1676-1725) Dissertação (Mestrado em História). UFNR, Natal. 2015, p. 169.

¹⁰ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 370.

¹¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 334-335. Apud. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império*. 2003. p. 370.

capitania do Siará Grande cerca de 43 cabeças que ali estavam apascentadas¹². Como precisou voltar para a cidade do Natal, Vieira de Melo deixou o presídio sob os cuidados de um “homem de mayor honra que achei nessa capitania que he hum Theodozio da Rocha”¹³.

Este documento apresenta um capitão que além de conhecer o espaço em que eram travadas as lutas, também conhecia e se comunicava com os indígenas, o que facilitaria negociações de boa convivência e evitaria conflitos desnecessários. A solicitação das sesmarias de Teodósio da Rocha no sertão pode ter sido motivada pelas informações que obtinha sobre aquele espaço, como a localização de rios e a qualidade de terras. É válido lembrar que as duas sesmarias até então solicitadas e recebidas pelo capitão e seus companheiros localizavam-se em áreas rodeadas por rios, o que era muito importante para a criação de gado, principal atividade desenvolvida pelo capitão.

No ano de 1698, ano em que novas tropas de paulistas foram solicitadas para o socorro da capitania, Teodósio da Rocha é eleito novamente juiz ordinário da câmara da Cidade do Natal, mais uma vez comprovando seu poder na capitania. Em carta enviada ao mestre de campo Manuel Alvares de Morais Navarro, D. João de Lencastre pedia que o mestre de campo, ao chegar ao Rio Grande, deveria se juntar ao capitão Teodósio da Rocha e ao Oliveira – parte do nome desse homem está ilegível no documento – para que uma melhor ofensiva contra o gentio fosse feita. Mais uma vez o rei reforçava que toda a terra que estava de posse do gentio bárbaro, no Rio Grande, era daqueles que a haviam conquistado¹⁴.

Assim, no dia 04 de junho de 1699, Teodósio da Rocha ganhou patente de capitão da companhia de Antônio Raposo Barreto do terço dos paulistas do mestre de campo Manuel Alvares de Morais Navarro, tendo sido registrado no livro deste terço. Rocha vencia o soldo de 7640 réis por mês, tinha idade de 43 anos à época e permaneceu neste posto até o ano de 1702¹⁵.

No mês seguinte, o capitão Teodósio da Rocha e Pedro Carrilho acompanhavam Manuel Alvares de Morais Navarro, com mais 130 infantes e 250 tapuias, aproximadamente, até a ribeira do Jaguaribe. Nessa ribeira encontrar-se-iam com os principais de duas aldeias de Paiacu: Matias Peca e Jenipapoçu. As duas aldeias eram compostas por índios aliados e que se juntariam às tropas dos paulistas para auxiliar na luta contra os tapuias inimigos. Ao se unir com os índios de Matia Peca, seguiu em direção a aldeia de Jenipapoçu. Foi durante os festejos de sua chegada que Navarro atirou no irmão do principal, afirmando que este estava prestes a lhe atacar. Como combinado anteriormente, todos os homens de seu terço começaram a matar os indígenas. Ao fim da matança, contabilizaram cerca de 400 mortos e aprisionaram, aproximadamente, 300 homens. Esse episódio, conhecido como massacre do Jaguaribe, acentuou a diferenças entre os paulistas e seu mestre de campo e os moradores da capitania com Bernardo Vieira de Melo¹⁶.

¹² CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre relatório do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, acerca da construção de um presídio na Ribeira do Açú e a forma de se pagar os gastos feitos na capitania com a Guerra dos Bárbaros. AHU-rio grande do norte, Cx. 1,d. 42 e 43. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 45.

¹³ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre relatório do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, acerca da construção de um presídio na Ribeira do Açú e a forma de se pagar os gastos feitos na capitania com a Guerra dos Bárbaros. AHU-rio grande do norte, Cx. 1,d. 42 e 43. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 45.

¹⁴ Carta de Dom João de Lencastre para o mestre de campo Manuel Alvares de Morais Navarro. Baía, 5 de março de 1699. 53-55. Coleção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. v. 39. P.

¹⁵ Fundo documental do IHGRN, caixa Militares – Terço dos Paulistas, pasta Terço dos Paulistas do Mestre de Campo Manuel Álvares de Morais Navarro (1682-1683-1698).

¹⁶ Pedro Puntoni faz uma análise sobre o conflito entre Bernardo Vieira de melo e seu posicionamento apoiado por Pernambuco e Manuel Alvares de Moraes Navarro, apoiado pelo Governo Geral, no capítulo “Paulistas x Mazombos” de sua obra *A Guerra dos Bárbaros*. PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. p. 241-282. Fazendo uma análise sob um outro ponto de vista, Tyego Frankilm da Silva também analisa o posicionamento

Teodósio da Rocha, em 1702, deixou o posto de capitão de uma das companhias do terço de Manuel Alvares de Moraes Navarro, e em 1703, pediu afastamento do presídio do Assú. Mas, alegando que os serviços desse capitão ainda eram muito úteis na defesa do presídio este afastamento foi negado¹⁷.

Este capitão conseguiu mais uma sesmaria nas proximidades, na ribeira do rio Mossoró. A concessão, provavelmente, tenha sido efetivada no ano de 1695. Eram suplicantes, além do capitão, a sua filha Teodósia da Rocha, mais uma vez o seu primo João Leite de Oliveira, Domingos Rodrigues Correia, Maria da Conceição e Clara da Costa (RN 0076). Teodósio da Rocha foi uma importante peça para a comunicação com os indígenas. Mesmo após o episódio do massacre do Jaguaribe e o fato de sua imagem estar muito próxima a dos paulistas, comandados por Moraes Navarro, sua reputação de “amigos dos gentios”, como Bernardo Vieira de Melo citou anteriormente, pode ter se perpetuado e sua presença no presídio do Assú, para assessorar em momentos de dificuldade, ainda poderia ser imprescindível.

Mesmo depois da fixação dos Paiacu no Apodi e no Jaguaribe, recursos para manter missões com grande número de índios não estavam dando conta da demanda. Precisando de alimentos, os índios continuavam a abater o gado solto, mas que pertenciam a algum fazendeiro das localidades próximas aos aldeamentos. Essas ações levavam a novos conflitos entre os moradores e os índios missionados. Para evitar mais constrangimentos, em 1704, os Paiacu da aldeia do Jaguaribe, em parte, foram enviados para a aldeia do Urutagui, na capitania da Paraíba, e parte dos índios de Apodi foi para o local da antiga missão de Igramació, formando um novo aldeamento chamado de Nossa Senhora da Encarnação. Todas essas missões ficavam no litoral¹⁸.

Apesar dessa transferência de parte dos indígenas da Missão do Apodi para o litoral, esta não chegou ao fim nesse momento. Segundo Fátima Lopes, relatos da presença jesuíta no aldeamento perduram até 1709, e foi nesse ano que Philippe Bourel, jesuíta responsável pela criação desse aldeamento, faleceu no Apodi, deixando em seu lugar o padre jesuíta Bonifácio Teixeira. Os conflitos entre indígenas Paiacu da Missão do Apodi e os indígenas Janduí, bem como os embates entre os índios e os povoadores da região fizeram com que o padre Bonifácio Teixeira abandonasse, em 1712, a missão e seguisse viagem com uma tropa de soldados, que foi dizimada por um grupo de índios¹⁹.

Não se sabe que grupo de indígenas era esse que atacou a tropa de soldados que seguia com o jesuíta, mas havia uma suspeita de um novo levante dos indígenas surgiu no ano de 1712. Baseando-se nessa suspeita, José de Moraes Navarro, sargento-mor do Terço dos Paulistas, que nesse ano estava no comando, substituindo seu irmão, o mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, passou uma ordem para o capitão Teodósio da Rocha e para seu filho, o capitão Bonifácio da Rocha Vieira, para que, junto com uma pequena tropa fosse até o Mossoró para observar a situação dos índios na missão do Apodi e não permitir que estes se levantassem contra os moradores da região. A justificativa para a escolha desses homens para o serviços foi a de que esses oficiais tinham muita experiência e prestavam muito bem serviço à Coroa, além do que Teodósio da Rocha possuía uma fazenda no Mossoró. A ida e a permanência desses oficiais na fazenda tinham como intuito ficar nas proximidades com a aldeia do Apodi, uma vez que a fazenda estava em suas confrontações. Os oficiais deveriam fazer, periodicamente, visitas a aldeia instalada nas margens desse rio com a finalidade de perceber como os tapuias estavam organizados, se possuíam intenção de

deste capitão-mor e deste mestre de campo neste momento da Guerra dos Bárbaros, principalmente em seu capítulo 4. SILVA, Tyego Franklim. *Na ribeira da discórdia*. 2015.

¹⁷ Carta para Teodósio da Rocha. Coleção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. v. 39. P. 184-185.

¹⁸ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande do Norte*. p. 379.

¹⁹ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande do Norte*. p. 379-380.

permanecerem em paz ou se levantariam novamente. A fazenda Monxoró, como está citada no documento, situava-se a 14 léguas e meia da aldeia do Apodi. O sargento-mor José Morais de Navarro pedia que as informações fossem passadas detalhadamente. A necessidade de estar tão perto dessa aldeia ocorreu, pois nesse momento os Janduí, também conhecidos como Capela, haviam entrado em conflito novamente com os conquistadores e tinha uma possibilidade deles conseguirem aliar-se aos Paiacu do Apodi²⁰.

Teodósio da Rocha, muito provavelmente por possuir um conhecimento sobre os tapuia, foi chamado para administrar as pazes com alguns índios Jadui, Caboré e Capela, que haviam fugido de Itamaracá e estavam aprisionados em Guajiru, nas proximidades da cidade do Natal, por perturbação aos conquistadores²¹.

A atuação de Teodósio da Rocha na capitania do Rio Grande é um exemplo de como alguns agentes históricos oriundos de outras capitanias, sobretudo Pernambuco, conseguiram ter um espaço na administração dessa capitania que aos poucos se estruturava. O papel desenvolvido por Teodósio da Rocha no Rio Grande abriu possibilidades para seus filhos, que também tiveram uma participação destacável, é o que acontece com alguns de seus filhos.

Teodósia da Rocha possuía terras na ribeira do Mossoró, nas confrontações da fazenda Mossoró, pertencente a seu pai. Em 12 de maio de 1713, Damião da Rocha e Antônio Vaz Gondim solicitaram seis léguas na ribeira do Mossoró, nos arredores das terras de seu pai, Teodósio da Rocha (RN 0341).

Nota-se que as terras solicitadas por Teodósio da Rocha e por seus filhos eram no sertão do Rio Grande, nas fronteiras do Siará Grande. A ribeira do Mossoró, que fica entre a ribeira do Assú e a ribeira do Jaguaribe, era muito importante como ponto estratégico para uma espécie de vigia de indígenas, bem como era crucial para a criação de gado, uma vez que era uma localidade com abundância de água e sal.

Teodósio da Rocha ainda possuía 15 escravos e foi eleito, pela última vez, como juiz ordinário na câmara da cidade do Natal. Seu legado, muito provavelmente deve ter influenciado na atuação de seus filhos na câmara. João da Rocha Vieira, que possuía um escravo; Antônio Vaz Gondim, que possuía terras na ribeira do Mossoró e exerceu a função de almotacé da câmara por duas vezes, em 1723 e 1725; Damião da Rocha, que também possuía terras em Mossoró; Bonifácio da Rocha Vieira, que também ocupou cargos na câmara, de 1727 a 1743, alternando as funções almotacé com a de juiz ordinário. Esses quatro filhos de Teodósio da Rocha também fizeram parte das tropas do terço dos paulistas.

Assim, acredita-se que a atuação de Teodósio da Rocha foi importante para a consolidação de conquistas no sertão, o curso de várias estratégias escolhidas durante a guerra dos bárbaros, bem como a de permitir que uma reorientação espacial das fronteiras fosse feita. Enquanto que no início da segunda metade do século XVII a ribeira do Piranhas-Açu era o limite divisório entre Rio Grande e Siará Grande, no início do século XVIII um novo limite surgia, que era a ribeira do Apodi-Mossoró. A fixação de pessoas como Teodósio da Rocha e seus parentes nesta área e afirmando que fazia parte do Rio Grande possibilitou essa mudança de fronteira.

Outra situação que merece ser destacada é o caminho que esses sesmeiros fizeram para chegar até a fronteira. Saíram da capitania do Rio Grande, mais precisamente do seu litoral, proximidades da Cidade do Natal, e foram em direção ao oeste, chegando até a ribeira do Jaguaribe. Pode-se afirmar, como lembra João Brígido, que a capitania do Siará Grande foi conquistada por homens e mulheres oriundos da Paraíba, Pernambuco e, principalmente, Rio

²⁰ MEDEIROS FILHO, Olavo. *Notícia sobre a fazenda do Monxoró*, em 1712. Coleção Mossoroense, série “B”, N. 477, 1987.

²¹ 1714, Agosto, 25, Lisboa. ASSENTO (cópia) da Junta das Missões sobre o extermínio e pazes feitas com os índios tapuias Caboré e Capela que estavam reunidos na aldeia Guajiru. AHU-Rio Grande do Norte, papéis avulsos, Cx. 1, D.78.

Grande²². Estes homens e mulheres, juntamente com suas famílias, alcançaram o rio Jaguaribe e se fixaram não apenas como sesmeiros, mas também estenderam suas ações para a câmara que logo seria instalada nessa ribeira. Uma das famílias que seguiram esse caminho foi a de Teodósio Grassiman, como pode-se perceber mais adiante.

A PARENTELA DE TEODÓSIO GRASSIMAN

A presença da família Grassiman²³ na capitania do Rio Grande remonta ao período holandês. Baseando-se na obra de Hélio Galvão, *História da Barra do Rio Grande*, os Grassiman seriam descendentes de Joris Garstman, primeiro governador do Rio Grande durante a gestão holandesa e proprietário do Engenho Cunhaú durante esse período. Este capitão ter-se-ia envolvido com uma moradora da capitania, a filha do francês João Lostão Navarro²⁴, chamada Beatriz Lostão Casa Maior.

João Lostão Navarro foi possuidor de oito sesmarias na capitania do Rio Grande, doadas entre 1606 e 1608. Alegava que as terras eram de má qualidade e por isso não conseguia beneficiá-las, criando gado ou mantendo lavouras. Iniciou então a criação de peixe e conseguiu montar, em uma de suas sesmarias, um porto, na lagoa de Guaraíras, no qual vendia peixe para pessoas de Pernambuco. Foram os peixes criados no curral de pescarias deste francês que alimentou as tropas holandesas tanto no Rio Grande como na Paraíba²⁵.

A relação de Navarro com os holandeses parecia ser muito próxima, possivelmente como forma de sobreviver em sua localidade. Este navarrês possuía duas filhas. Uma delas, Maria Lostão Casa Maior, que casou com Manuel Rodrigues Pimentel, escabino²⁶ durante o período holandês; e Beatriz Lostão Casa Maior, que contraiu matrimônio, provavelmente entre os anos de 1634 a 1639, com Joris Garstman²⁷. A aliança matrimonial das filhas de Navarro com dois homens que tiveram uma expressiva notoriedade na administração holandesa pode ter sido criada deliberadamente, como forma de sobrevivência. Aliar-se a estes possibilitou que conseguisse exercendo suas atividades pesqueiras e seguisse manter a sobrevivência de sua família.

Por ser considerado como o líder, na capitania do Rio Grande, do levante contra a permanência holandesa, João Lostão Navarro foi preso. Estava em Uruçu, em 03 de outubro de 1645, quando houve o massacre e faleceu neste dia fatídico. Segundo Hélio Galvão, os dois ataques foram comandados por Jacó Rabi, um alemão que vivia na capitania e que tinha uma boa aliança com os tapuias, que a seu mando, mataram todos aqueles que eram desacordo com os holandeses e se encontravam em tal localidade e em Cunhaú. Em represália a morte de seu sogro, Joris Garstman matou Jacó Rabi, mandante do massacre. Além de ser punido por um ato criminoso, a prisão de Garstman foi mais contundente para o governo holandês, pois

²² BRIGIDO, João. Ephemérides do Ceará. – 1ª Época. In: *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará*. Tomo XIV.1900

²³ Não há um consenso com relação a grafia do nome Grassiman. Em alguns documentos é possível encontrar as grafias Grasciman, Grascimão, Gusmão, Grassiman, referentes a mesma família. Foi escolhida a forma Grassiman, pois foi a mais utilizada pela historiografia tradicional como Rocha Pombo, Tavares de Lyra, Câmara Cascudo e Olavo de Medeiros Filho.

²⁴ Segundo Olavo de Medeiros Filho, João Lostão Navarro era natural da Baixa Navarra, reino herdado por Henrique IV de Bourbon, que o uniu, em 1589, à França. Por este motivo, João Lostão é considerado como francês. MEDEIROS, Filho. Olavo. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. 1997. p. 49.

²⁵ MORAIS, Ana Lunara da Silva. Quanto peixe se compram com um vintém?. 2014. p. 200.

²⁶ Escabino era um dos membros das câmaras criadas, em 1637, pelos holandeses, conhecidas como Câmara de Escabinos, para substituir a câmara municipal da Coroa portuguesa. A Câmara dos Escabinos do Rio Grande encontrava-se na localidade chamada pelos portugueses de Potigí, pois a Cidade do Natal encontrava-se em péssimo estado e acordaram em levantar uma nova cidade para servir como sede da capitania. LUCIANI, Fernanda Trindade. *Municípios e escabinos*. 2007. p. 95-97.

²⁷ MEDEIROS, Filho. Olavo. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. 1997. p. 51.

este sofria pressão dos Janduí para punir o assassino de Jacó Rabi. No entanto, seu processo foi revisto e foi libertado. Posteriormente a este acontecido, Garstman lutou contra João Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros aos arredores do Recife, em 1645, e governou a capitania do Ceará, quando houve a rendição dos holandeses e este foi para as Antilhas, morrendo de uma grave doença na Martinica²⁸.

Quando houve a expulsão destes, em 1654, a família Grassiman não saiu do Estado do Brasil, permanecendo na capitania do Rio Grande e estendendo suas relações para a capitania do Siará Grande. As menções ao nome de Joris Garstman não mais foram encontradas nas fontes, sobrevivendo apenas uma derivação do sobrenome em sua possível descendência. Ao longo desta pesquisa observou-se que os Grassiman se consolidaram como uma família de poder nas duas capitanias, possuindo terras na ribeira do Jaguaribe e na ribeira do Potengi.

Até o momento foram encontrados na documentação referências a três filhos de Joris Garstman e Beatriz Lostão Casa Maior. Eram eles Gregório Grassiman, Izabell Grassiman e Teodósio Grassiman. Destes, Teodósio Grassiman teve uma vida atuante na capitania do Rio Grande. Nas suas primeiras aparições, Grassiman ocupa o cargo de alferes e exerce a ocupação de procurador da câmara da Cidade do Natal, no ano de 1674²⁹.

Casou-se com sua prima Paula Barbosa. Esta era filha de sua prima de primeiro grau Joana Dornelas, casada com Francisco Lopes³⁰. O casamento entre primos pode ser uma estratégia para manter algum patrimônio dentro da família. A data do casamento entre Grassiman e Paula Barbosa não foi encontrada na documentação analisada para este artigo, mas o nome dos dois relacionados como marido e mulher já aparecem nos registros de batismos de escravos a partir de 1682³¹. A prática de casamentos endogâmicos era algo recorrente em famílias que pretendiam manter um patrimônio familiar, fosse ele material ou imaterial.

Vale lembrar que Francisco Lopes, esposo de Joana Dorneles, prima de Teodósio Grassiman, solicitou um alvará, em 1676, pedindo o título de todas as terras que um dia foi do avô de sua esposa, principalmente daquelas em que já viviam. A principal justificativa apresentada pelo suplicante era a de que faziam parte de uma das primeiras famílias da capitania e que pretendiam possuir o título das terras, uma vez que não possuíam nenhum documento comprobatório de sua posse. Assim, foi concedido a Lopes o título de todas as terras que um dia foram de Lostão Navarro, que ficavam entre Mipibú e Goianinha, incluindo, principalmente o porto de pescaria da Guaríras. (RN 0028)

Esta área é próxima da capitania da Paraíba e boa parte dela já havia sido doada a alguns sesmeiros. Uma das hipóteses levantadas para esta solicitação tardia de Francisco Lopes, uma vez que já faziam 22 anos que os holandeses saíram da capitania do Rio Grande, é que pretendia assegurar a posse de terras que ele já habitava junto com sua família por meio do documento comprobatório de título de terras. A segunda hipótese era a de que se não legitimasse a posse das terras por meio de documento, algum outro sesmeiros poderia alegar abandono das mesmas e solicitá-las com grande possibilidade de receber tais concessões, causando um conflito entre as partes. A probabilidade de agregar todos os bens herdados por sua esposa em seu nome também não deve ser descartado. Segundo este alvará de confirmação e doação, passado pelo governo geral do Estado do Brasil em 11 de fevereiro de 1676, Francisco Lopes tornou-se herdeiro universal de todas as posses de Lostão Navarro com aquele documento. (RN 0028)

²⁸ GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Ministério da Educação e cultura. 1979. p.95-96.

²⁹ DIAS, Patrícia. *Onde fica o sertão rompem-se as águas*. 2015

³⁰ GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979. P. 84.

³¹ DIAS, Patrícia. *Onde fica o sertão rompem-se as águas*. 2015.

Curioso o suplicante, Francisco Lopes, afirmar que tais terras eram apenas de Joana, única herdeira das posses de seu avô João Lostão Navarro (RN 0028). Teodósio Grassiman, também neto de Navarro, teria direito de reivindicar tais posses também, uma vez que o seu avô, morto no massacre, muito provavelmente não deixou claro como seus bens iriam ser transmitidos pela sua geração. Provavelmente, pensando em uma forma de conseguir manter o patrimônio em família, Grassiman se casa com Paula Barbosa. Muito provavelmente este casamento tinha como pretensão manter um patrimônio familiar e consolidar um status desta família nessa sociedade colonial em formação³². Deste matrimônio nasceram seis filhos. Gregório Grassiman, Custódia Dorneles, Joana Dorneles, Florença Dorneles, Maria Ferreira da Costa e Ana Barbosa Grassiman Galvão.

Teodósio Grassiman atuou na câmara da Cidade do Natal entre os anos de 1674, com a função de procurador, em 1676 como vereador, em 1677 assumiu o cargo de almotacé, retornou a posição de vereador em 1679, voltando a ser nomeado como almotacé e 1680. Após um intervalo de 7 anos, Grassiman retoma suas atividades na câmara em 1687 como Juiz ordinário, voltando a ser eleito para tal função apenas em 1710 e encerrando sua carreira camarista em 1711, quando foi nomeado como almotacé novamente³³.

Com relação a sua carreira militar, Grassiman apresenta-se como alferes primeiramente, passando posteriormente a ser tenente. Em 1682 e em 1688 recebeu patente de capitão de cavalos, chegando, posteriormente, ao cargo de comissário geral da cavalaria. Quanto ao seu patrimônio material, possuía cinco escravos, sendo duas deles índias. Chegou a receber cinco sesmarias, sendo duas no rio Grande do Norte e três na capitania do Siará Grande. Estas serão discutidas mais adiante.

Seu patrimônio fundiário dizia respeito a seis sesmarias. Dentro de uma dessas terras deveria possuir uma engenhoca de produção de água ardente, uma vez que, em 1679, este alferes apresentou uma carta à câmara solicitando licença para vender na capitania o que era produzido em seu engenho³⁴. A primeira das sesmarias foi doada no dia 25 de janeiro de 1681, juntamente com dois de seus filhos e mais de 11 companheiros no rio Jaguaribe, apresentando-se como homens beneméritos e que possuíam cabedal (RN 1261). No ano seguinte, também em janeiro, Grassiman consegue mais uma sesmaria em um dos afluentes do Jaguaribe, o rio Banabuiu (CE 1445). Após essas duas solicitações apenas em 1706 Teodósio Grassiman surge como suplicante. Dessa vez sua súplica se referia às terras, no Rio Grande, que um dia foram de seu avô, João Lostão Navarro, e que foram concedidas a seu sogro, Francisco Lopes. (RN 0057). O restante das sesmarias foram concedidas na capitania do Siará Grande, na ribeira do Jaguaribe, nos anos de 1707 (CE 0231; CE 0227; CE 0227).

Assim como Teodósio da Rocha, Teodósio Grassiman enfrentou os sertões e criou bases na capitania do Siará Grande. Segundo Gabriel Parente Nogueira, ao estudar a câmara de Aracati, a família de Teodósio Grassiman conseguiu obter um patrimônio considerável, composto por grandes vastidões de terras em forma de sesmaria, escravos e ser um dos primeiros a iniciar a atividade de salga de carnes, que vai se desenvolver como grande fonte de alimento para as Capitânicas do Norte³⁵. Leonardo Rolim, ao estudar a produção de carne seca na capitania do Siará Grande também cita os Grassiman como importante família para o

³² RODRIGUES, José Damião. As estruturas pessoais de poder e os mecanismos de reprodução social – capítulo 2, vol II, in: *São Miguel no século XVIII, casa, elites e poder*, 2003. P. 621.

³³ DIAS, Patrícia. *Onde fica o sertão rompem-se as águas*. 2015

³⁴ Livro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal. Nº 1. Fls. 45v.

³⁵ NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Fazer-se nobre nas fimbrias do Império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1808)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História: Rio de Janeiro, 2010. P. 154-155.

surgimento de localidades como Aracati e Aquiraz, envolvidos na administração dessas duas vilas, sobretudo participando da vereança e desenvolvendo a atividade de salga das carnes³⁶.

Segundo Evaldo Cabral de Melo, ao estudar, em sua obra *Rubro Veio*, a transformação da açucarcracia em nobreza da terra em Pernambuco, o processo de surgimento deste grupo estaria ligado a autodenominação deste grupo, a construção de uma genealogia com intuito de apresentar uma linhagem com membros de destaque social e, no caso de Pernambuco, frisar a descendência das pessoas honradas e nobres que chegaram a Pernambuco juntamente com Duarte Coelho³⁷.

As duas famílias aqui apresentadas não desenvolveram suas atividades separadamente, muito menos de forma independente uma da outra. Entende-se que estas fazem parte de um grupo social que monta uma mesma camada dessa sociedade colonial em formação, podendo afirmar que as duas famílias, por meio de apadrinhamentos, poderiam se beneficiar de solidariedades para alcançar seus objetivos. Teodósio Grassiman e Teodósio da Rocha conviveram na câmara da Cidade do Natal, bem como os dois solicitaram terras nos sertões, próximas uma das outras. As ligações entre as duas famílias, criadoras de gado, podem ter se prologando ao longo das gerações, algo ainda a se confirmar em futuros estudos.

Por hora, foram encontrados os seguintes apadrinhamentos: A esposa de Teodósio da Rocha, dona Antônia de Oliveira foi madrinha de batismo de Ana, filha de Teodósio Grasimam e Paula Barbosa em 25 de abril de 1691³⁸. Teodósio da Rocha, em 30 de março de 1703 foi padrinho de Gaspar, filho de Úrsula Leite e Gaspar. A madrinha foi a filha de Teodósio Grasimam, Florença de Grasimam.

Antônio Vaz Gondim, mais um filho do capitão Teodósio da Rocha, teve como padrinho, Manuel de Abreu Frielas, esposo de Isabel Dorneles e provável parente de Gonçalo Frielas, esposo de Ana da Rocha, irmã de Antônio Vaz Gondim. Manuel de Abreu Frielas também foi padrinho da filha de Antônio Vaz Gondim, Marcelina, juntamente com sua filha Marcelina de Abreu Soares.

A filha de Teodósio da Rocha, Tereza, teve como madrinha Paula Barbosa, esposa de Teodósio Grasimam. Felizarda Filgueira, filha de Teodósia da Rocha e neta de Teodósio, teve como padrinho Gregório de Grasimam, possível irmão de Teodósio de Grasimam. O capitão Bonifácio da Rocha Vieira, filho de Teodósio da Rocha, foi testemunha do casamento de Paula Barbosa de Grasimam, neta de Teodósio de Grasimam.

Esses apadrinhamentos são formas de conseguir assegurar laços de afinidade entre duas famílias pertencentes a um mesmo grupo social. Apadrinhamentos entre membros de famílias com mesma posição social, bem como os casamentos entre famílias de mesmo *status*, era uma forma de conseguir manter a reprodução de seu poder na sociedade, bem como de conseguir um agregado de bens que poderiam ser transmitidos para seus descendentes³⁹.

CONSIDERAÇÕES

A trajetória de Teodósio da Rocha e Teodósio Grassiman apresentada neste artigo mostra como estes agentes, e suas famílias, conseguiram galgar um espaço de poder no Rio Grande e Siará Grande. Ao serem eleitos diversas vezes para cargos na câmara, ganharem cartas patentes de postos mais elevados nas companhias de ordenanças e tomarem importantes

³⁶ ROLIM, Leonardo Cândido. *“Tempos de carne seca” no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati*. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2012. P. 87-86.

³⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. Ed. Editora Alameda: São Paulo. 2008. P. 162-170

³⁸ TRINDADE, João Felipe. *Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. 2011. P.225.

³⁹ RODRIGUES, José Damião. *As estruturas pessoais de poder e os mecanismos de reprodução social – capítulo 2, vol II*, in: *São Miguel no século XVIII, casa, elites e poder*, 2003. p. 608.

decisões no processo de conquista do sertão da capitania, que envolvia não apenas tomada de território, mas também negociações com os habitantes indígenas, pode-se afirmar que tais agentes formavam um grupo com determinados privilégios dentro desta sociedade colonial em formação. Apesar de estes homens não se autodenominarem como principais ou nobres da terra, seus comportamentos configuram características essenciais para a identificação desse grupo social.

Ao longo desse processo foi possível perceber que os conquistadores, partindo do litoral do Rio Grande, ocuparam os sertões dessa capitania, ao tempo que transformavam estes espaços em bases de apoio vitais para seu constante movimento em todo o espaço das Capitânicas do Norte. Ao passo que esses homens de conquista seguiam cada vez mais adentrando os territórios recém-conquistados, as áreas conquistadas passavam por uma sofisticação e aumento de sua população, construindo bases e estruturas que atendiam a uma povoação perene. Assim, estes homens e mulheres, com suas famílias, transformaram estes espaços vazios em localidades ocupadas da presença portuguesa, mostrando serviços à Coroa e se dedicando às seus interesses enquanto consolidavam um processo de territorialização.